

EM CASO DE NÃO UTILIZAÇÃO, DEVOLVA ESTA FOTOCÓPIA A DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Parhugal hoje Periodicidade d
Dia 8-10-71 Pág.(s) 9 Tendência política _____

**Lurdes Pintasilgo em Peniche, sobre a Reforma Agrária
Lei tem de ser aplicada de forma mais correcta**

PH
Pg. 8.10

CONTINUA →

Reforma agrária, problema da habitação e crise energética foram os temas explanados pela Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, nas declarações proferidas por ocasião da visita que efectuou, no passado fim-de-semana, a Peniche.

Falando a uma numerosa assistência interessada na resolução dos problemas daquela vila piscatória, em parte extensivos ao resto do País, a chefe do Executivo salientou, em relação à Reforma Agrária, que o seu Governo tornou claro, «perante a Assembleia da República, que a lei de bases da Reforma Agrária vai ser cumprida. No entanto, a tragédia ocorrida há dias em Montemor obrigou-nos a constatar que, embora a lei estivesse a ser aplicada, alguma das formas aplicadas não estavam a ser as mais correctas. No Ministério da Agricultura e Pescas havia muitos processos que foram cancelados por estes não se encontrarem conforme a lei. A lei terá de ser cumprida, mas de forma a que não voltem a acontecer mais casos como os de Montemor. O Governo tem a obrigação de respeitar a organização cooperativista dos trabalhadores, mas, por outro lado, exige que haja rentabilidade».

Um dos outros temas abordados pela Primeiro-Ministro foi a questão que se prende com a falta de habitação. Sobre esta realidade, que se estende de norte a sul do País, afirmou Lurdes Pintasilgo: «Sem querer fazer uma crítica aos anteriores governos, não posso deixar de dizer que há muitos problemas que poderiam ter sido já em parte solucionados e em devido tempo». E logo a seguir: «O problema da habitação é um deles e, como já esperava, foi focado por vários dos presentes».

Posso, no entanto, afirmar que, neste momento, estamos a pôr de lado as burocracias que impedem o desenrolar dos trabalhos no referido sector, com mais rapidez. Na próxima semana, as questões relacionadas com o problema da falta de habitação vão ser analisadas pelo V Governo, com a colaboração do Fundo de Fomento de Habitação».

A finalizar, a chefe do Executivo referiu-se à questão energética, mais propriamente a projectada montagem de uma central nuclear nos arredores de Peniche (Pentel). «Não há política definida do meu Governo em relação à

montagem de uma central nuclear em Portugal.

Eu própria tenho grandes dúvidas quanto aos motivos que justificam a construção de uma central nuclear. É uma decisão que terá de passar pelo parecer do povo, representado através das respectivas autarquias. Em diversos países da Europa, o problema da energia nuclear está na ordem do dia. Em Portugal, é necessário que se faça um estudo, a fim de se saber se, de facto, não há outras caminhos que permitam solucionar tal problema.

Antes, porém, seria bom que todos nós, no dia-a-dia tivéssemos o cuidado de poupar energia. Esse seria o primeiro passo a dar».

Visita de trabalho e contacto com as populações

Peniche, o segundo porto de pesca do País, viveu momentos de entusiasmo mobilizador com a visita de trabalho que a Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, com a sua equipa governamental, efectuou à vila para se intencar dos problemas que

mais afectam a vida dos que ali trabalham.

Para um governo de 100 dias, não se trata de fazer promessas a longo prazo, mas de viabilizar e dinamizar o que na vida pública se encontra paralisado. Como afirmou a Primeiro-Ministro, saudada e aplaudida entusiasticamente pela multidão que encheu o espaço da Escola Secundária, onde culminaria a visita governamental: «Não viemos aqui fazer promessas. Promessas vão não as escutarão da nossa parte».

No espírito em que este Governo desde o início claramente se definiu, também em Peniche se tratou de vitalizar o que está morto, aproveitar o que se encontra desperdiçado, desbloquear o que emperrou e não anda por inexplicáveis e estranhos motivos, de burocracia, ou de uma pesada máquina administrativa, atrofiada no seu próprio gigantismo.

«É um escândalo» — disse Maria de Lurdes Pintasilgo, referindo-se às obras de construção de várias habitações sociais, há anos interrompidas por razões que a razão desconhece e que

apenas a rotina burocrática explica.

«As obras têm que andar», acrescentou.

Um outro caso de subaproveitamento de estruturas existentes seria focado na intervenção do secretário de Estado das Pescas, ao responder à longa lista de problemas e reivindicações que um representante do sindicato dos Pescadores lhe pusera. Referindo-se à rede de frio, «ponto que aparece sempre que se fala em pesca», considerou-o uma «figura para torneirar ou esconder outros problemas», acrescentando: «O que há é uma falha naquilo que já existe». A verdade — segundo acentuou — é que as instalações de frio em Peniche estão longe de funcionar na plenitude de toda a sua capacidade.

No que à chamada «crise conserveira» respeita — e respondendo à pergunta que lhe fora feita por um operário de uma fábrica de conservas — o problema está ligado à falta de aprovisionamento, é certo, mas também porque não foi possível até hoje estabelecer um acordo entre a Indústria Conserveira e a Pesca, um entendimento entre o sector da transformação e o sector artesanal ou de produção. Se há dias — lembrou — em que se deita fora saculinha, é preciso que as pessoas, neste e noutros sectores, procurem indicar ao Governo tudo o que localmente existe «para que se faça o máximo aproveitamento da capacidade instalada». Temos que artilhar melhor o que já há e «não deitar o peixe ao mar, como tantas vezes acontece».

Em Peniche há uma razoável capacidade de armazenagem, congelamento e refrigeração, pe-



A Primeiro-Ministro ouviu muito e respondeu com determinação às questões colocadas

lo que o problema do frio poderá ser, de facto e por vezes, uma figura de retórica a mascarar a falta de um entendimento que, a existir, resolveria muitos problemas. E conflitos de diversa ordem. Ainda que a crise conserveira se deva também à quebra nas quantidades de pescado obtidas.

Modelo de aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, em Peniche, é o Lar de Santa Maria, obra social para a Terceira Idade, a qual Maria de Lurdes Pintasilgo, que disse conhecer algumas congéneres estrangeiras, considerou de extraordinário valor: «O Lar é um lar exemplar e é obra vossa».

Mas o porto de pesca é a pedra angular de Peniche, o seu centro vital: e as obras em curso, encorajadas com esta visita governamental, envolvem muitas e complexas infra-estruturas: muralhas para os barcos acostarem, caireiras de encaixe, ancoradouros, estaleiros para construção naval de madeira, oficinas de apoio à pesca, molhes de tetrápodas, desassoreamento (já efectuado), novas instalações para a capitania e guarda fiscal e — a

parte mais polémica — os armazéns e as lotas que venham disciplinar o controlo na actividade de vendagem.

A inauguração das instalações provisórias do tribunal fora, em princípio, o pretexto para a visita da equipa governamental, que acabou por se transformar numa jornada de trabalho e auscultação popular.

A futura construção do Palácio da Justiça está prevista em terreno também visitado e que já começa a ser conhecido pela população como o futuro «Largo do Município», onde, além dos serviços administrativos como a Câmara, a Tesouraria de Finanças e o Tribunal, será construído também o novo edifício dos Correios.

O Centro de Saúde previsto foi igualmente objecto de diálogo com a população, considerando-o Maria de Lurdes Pintasilgo «um grande centro de saúde que será dos mais importantes deste país». Terá pelo menos que corresponder a umas das povoações mais carecidas nesse campo e numericamente mais necessitadas de estruturas de assistência.